

Entre o Cuidar e o Abandono: Políticas Públicas, Gestão Social e a Invisibilidade das Pessoas em Situação de Rua no Rio de Janeiro

Evilyn Sant'ana Gama

Graduanda do curso Administração, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
evilynsant32@gmail.com

Marlon Alves

Graduando do curso Administração, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
marlonalvesff@ufrj.br

Thays Bastos Peçanha

Graduanda do curso Administração, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Thaybaastos1@gmail.com

Ricardo Nascimento Ferreira

Dsc. Professor do curso Administração, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
ricardo.n.ferreira@terra.com.br

RESUMO

Este estudo analisa a vulnerabilidade da população em situação de rua no município do Rio de Janeiro, compreendendo-a como um fenômeno social complexo que evidencia profundas desigualdades estruturais e desafios na implementação de políticas públicas de proteção social. Estimativas recentes indicam que cerca de 22 mil pessoas vivem nessa condição na capital fluminense em 2025, realidade agravada pela ausência de moradia digna, rupturas familiares, desemprego, dependência química e fragilização das redes de apoio social. O objetivo da pesquisa é analisar as múltiplas dimensões dessa vulnerabilidade e discutir os limites e possibilidades das políticas públicas voltadas à população em situação de rua. O estudo adota como referencial teórico a Teoria do Cuidado de Jean Watson, articulada à análise das políticas públicas de assistência social no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional para a População em Situação de Rua. A metodologia possui abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental, revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com pessoas em situação de rua e mapeamento qualitativo das experiências vividas. A perspectiva do cuidado adotada transcende o assistencialismo material, buscando resgatar a dignidade humana, a autonomia e o pertencimento social. Espera-se que os resultados contribuam para o aprimoramento das políticas públicas, promovendo estratégias de inclusão social mais humanizadas e eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: população em situação de rua, políticas públicas, vulnerabilidade social, cuidado humanizado, inclusão social.

Inicie o trabalho na página seguinte ([apague este texto antes de submetê-lo](#)).

Introdução

A presença crescente de pessoas em situação de rua constitui um dos desafios sociais mais complexos enfrentados pelas grandes cidades brasileiras. No município do Rio de Janeiro, assim como em outros centros urbanos do país, esse fenômeno evidencia profundas desigualdades socioeconômicas, fragilidades estruturais nas políticas públicas e limitações na efetividade dos sistemas de proteção social. Segundo dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o Brasil registrava mais de 335 mil pessoas vivendo em situação de rua em março de 2025. Desse total, aproximadamente 88% são adultos, 9% idosos e cerca de 3% crianças e adolescentes. No caso da capital fluminense, estimativas do programa Polos de Cidadania, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), indicam que aproximadamente 22 mil pessoas se encontram nessa condição no ano de 2025.

A situação de rua é um fenômeno social multifacetado e resultado da interação entre fatores estruturais, econômicos e sociais. Entre os principais elementos associados a essa realidade destacam-se a precarização das relações de trabalho, o desemprego, os conflitos familiares, a dependência de substâncias psicoativas e a ausência de moradia adequada. Soma-se a isso a fragilidade das redes de proteção social e a baixa efetividade das políticas públicas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade. A ausência de políticas habitacionais estruturadas e de estratégias integradas de atendimento contribui para a intensificação das condições de exclusão social vivenciadas por esse grupo, que frequentemente enfrenta dificuldades no acesso a direitos básicos, como saúde, alimentação, higiene, segurança e inclusão social.

As condições materiais adversas, a população em situação de rua enfrenta processos recorrentes de invisibilidade social e estigmatização. Em muitos contextos urbanos, essas pessoas são percebidas sob uma perspectiva higienista ou assistencialista, sendo frequentemente tratadas como um problema de ordenamento urbano ou de segurança pública, e não como sujeitos de direitos que demandam políticas públicas estruturadas de inclusão social. Esse processo contribui para a reprodução de práticas institucionais fragmentadas, nas quais os serviços públicos atuam de forma desarticulada, limitando-se muitas vezes a intervenções emergenciais e paliativas.

Nesse contexto, a análise da situação de rua requer uma abordagem que considere não apenas os aspectos materiais da vulnerabilidade, mas também as dimensões sociais, institucionais e humanas envolvidas nesse fenômeno. Para tanto, o presente estudo adota como referencial teórico a Teoria do Cuidado, proposta por Jean Watson entre 1975 e 1979. Essa abordagem compreende o cuidado como uma prática que ultrapassa a assistência material imediata e busca reconhecer o ser humano em sua integralidade, considerando dimensões físicas, emocionais, sociais e espirituais. Sob essa perspectiva, cuidar significa promover a dignidade humana, fortalecer a autonomia dos indivíduos e contribuir para a construção de vínculos sociais capazes de favorecer processos de inclusão e pertencimento.

Complementarmente, a Teoria da Exclusão Social oferece um importante aporte analítico para compreender os mecanismos estruturais que contribuem para a marginalização de determinados grupos sociais. Essa perspectiva evidencia como processos econômicos, políticos e institucionais podem gerar e perpetuar desigualdades, restringindo o acesso de determinados indivíduos a direitos fundamentais e oportunidades sociais. Dessa forma, a articulação entre cuidado humanizado e análise das políticas públicas torna-se essencial para compreender as dinâmicas que produzem e mantêm a situação de rua nas grandes cidades brasileiras.

Diante desse cenário, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: de que forma as vulnerabilidades enfrentadas pela população em situação de rua no município do Rio de Janeiro podem ser compreendidas a partir da articulação entre práticas de cuidado humanizado e políticas públicas de inclusão social?

A partir dessa problemática, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as vulnerabilidades enfrentadas pela população em situação de rua no município do Rio de Janeiro, utilizando a Teoria do Cuidado como referencial teórico para compreender práticas de cuidado mais humanizadas e contribuir para a reflexão sobre políticas públicas voltadas à promoção da dignidade e da inclusão social dessa população.

Como objetivos específicos, busca-se: (i) identificar as principais vulnerabilidades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua no contexto urbano do Rio de Janeiro; (ii) analisar o acesso, a cobertura e a efetividade das políticas públicas destinadas a essa população, especialmente no âmbito da assistência social e da proteção social; e (iii) refletir sobre estratégias que contribuam

para o enfrentamento da estigmatização e da exclusão social que permeiam as experiências cotidianas dessa população.

A relevância deste estudo está associada à necessidade de ampliar o debate sobre a população em situação de rua a partir de uma perspectiva que articule cuidado, direitos humanos e políticas públicas de inclusão social. Ao compreender de forma mais aprofundada as necessidades e desafios enfrentados por essa população, torna-se possível contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, capazes de promover a redução das vulnerabilidades sociais e a garantia de direitos fundamentais.

A pesquisa busca contribuir para a sensibilização da sociedade e dos gestores públicos acerca da complexidade da situação de rua, incentivando a construção de estratégias intersetoriais que integrem diferentes áreas das políticas públicas, como assistência social, saúde, habitação, trabalho e educação. Dessa forma, espera-se que o estudo contribua para a formulação de práticas e políticas mais humanizadas, orientadas pela dignidade humana, pela justiça social e pela promoção da cidadania.

Fundamentação Teórica

A vulnerabilidade vivenciada pela população em situação de rua constitui um fenômeno social complexo, marcado pela interseção de fatores econômicos, sociais e políticos que se acumulam ao longo do tempo e produzem processos persistentes de exclusão social. A permanência nas ruas não pode ser compreendida apenas como resultado da ausência de moradia, mas como expressão de desigualdades estruturais que limitam o acesso a direitos fundamentais e restringem a participação plena desses indivíduos na vida social.

Nesse sentido, a Teoria da Exclusão Social oferece um importante referencial analítico para compreender as múltiplas dimensões que configuram a situação de rua. De acordo com Castel (1997), os processos de exclusão social estão associados à fragilização das relações de trabalho e à ruptura das redes de integração social que historicamente garantiam certa estabilidade aos indivíduos. Para o autor, a exclusão ocorre por meio de trajetórias progressivas de desfiliação social, nas quais a precarização do trabalho, a perda de vínculos familiares e a ausência de proteção institucional conduzem determinados grupos à marginalização.

No contexto brasileiro, Escorel (1999) destaca que a situação de rua representa uma das expressões mais extremas da exclusão social, caracterizada pela ruptura de laços sociais e pela perda de acesso a mecanismos básicos de cidadania. Para a autora, a população em situação de rua enfrenta não apenas a precariedade material, mas também processos de invisibilidade social e estigmatização que reforçam sua marginalização e dificultam sua reintegração social.

Esses processos são reforçados por desigualdades históricas presentes na estrutura social brasileira. Yazbek (2009) argumenta que a exclusão social resulta de dinâmicas estruturais que reproduzem desigualdades e restringem o acesso de determinados grupos a direitos e oportunidades. Nesse sentido, a população em situação de rua torna-se frequentemente invisível para o Estado e para a sociedade, sendo privada de condições mínimas de cidadania e proteção social.

Dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam um crescimento significativo da população em situação de rua nas últimas décadas, evidenciando fragilidades nas políticas habitacionais e nas redes de proteção social. Esse crescimento está associado a fatores como desemprego estrutural, precarização do trabalho, rupturas familiares e dificuldades de acesso a políticas públicas essenciais. A literatura também destaca que a experiência de viver nas ruas envolve dimensões simbólicas e identitárias complexas. Snow e Anderson (1993), ao analisarem as estratégias de sobrevivência de pessoas em situação de rua, demonstram que esses indivíduos constroem formas próprias de organização social e de reconstrução de identidade, evidenciando que a situação de rua envolve tanto dimensões materiais quanto subjetivas.

Diante desse cenário, compreender a situação de rua apenas a partir de uma perspectiva estrutural ou econômica revela-se insuficiente. Torna-se necessário incorporar abordagens que considerem também as dimensões humanas e relacionais envolvidas nesse fenômeno. Nesse contexto, a Teoria do Cuidado, desenvolvida por Jean Watson (1979), apresenta-se como um importante referencial teórico para a análise das vulnerabilidades vivenciadas por essa população.

A proposta teórica de Watson compreende o cuidado como uma prática relacional que reconhece o ser humano em sua integralidade, envolvendo dimensões físicas, emocionais, sociais e espirituais. Nessa perspectiva, o cuidado não se limita a intervenções assistenciais ou emergenciais, mas implica o estabelecimento de relações humanas pautadas pela empatia, pela confiança e pelo reconhecimento da dignidade do outro. Para Watson (1979), cuidar significa reconhecer cada indivíduo como sujeito de direitos e de potencialidades, valorizando sua história de vida e promovendo condições para o fortalecimento da autonomia e da autoestima.

Autores como Boff (2012) e Ayres (2004) aprofundam essa compreensão ao defenderem que o cuidado possui uma dimensão ética e transformadora nas relações sociais. Para Boff (2012), o cuidado constitui um modo de ser no mundo, fundamentado na responsabilidade, na sensibilidade e no compromisso com a dignidade da vida humana. Ayres (2004), por sua vez, destaca que o cuidado deve ser compreendido como um processo compartilhado entre profissionais, instituições e sujeitos sociais, capaz de promover autonomia, reconstrução de projetos de vida e fortalecimento dos vínculos sociais.

No campo das políticas públicas brasileiras, a atenção à população em situação de rua passou a ganhar maior institucionalidade a partir da criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 2009. Essa política estabelece princípios como o respeito à dignidade humana, o atendimento humanizado e a articulação intersetorial entre diferentes áreas das políticas públicas, incluindo saúde, assistência social, habitação, trabalho e educação. Entre seus objetivos está garantir o acesso amplo e simplificado da população em situação de rua aos serviços e programas governamentais, bem como promover ações que assegurem seus direitos sociais e sua inclusão cidadã.

No âmbito da assistência social, destaca-se a atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável por organizar e ofertar serviços, programas e benefícios destinados à proteção social de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. O SUAS atua com diferentes níveis de proteção social e busca promover a inclusão social e o fortalecimento da autonomia das pessoas em situação de rua por meio de serviços especializados e intersetoriais.

Entre os principais equipamentos dessa política está o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), unidade pública destinada ao atendimento especializado dessa população. Esses centros oferecem serviços de acolhimento, orientação, atendimento individual e coletivo, além de atividades de convivência e socialização, buscando fortalecer vínculos sociais e incentivar o protagonismo das pessoas atendidas. O Centro POP constitui, assim, um espaço de referência para o acesso a direitos e para a construção de estratégias de reintegração social.

Outra iniciativa relevante no campo das políticas públicas é o Consultório na Rua, estratégia vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS) que busca ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde. As equipes do Consultório na Rua atuam diretamente nos territórios onde essa população se encontra, oferecendo atendimento de saúde, acompanhamento clínico e encaminhamento para outros serviços da rede de atenção à saúde. Essa estratégia tem como objetivo romper barreiras institucionais e garantir maior acesso aos cuidados de saúde para pessoas que tradicionalmente enfrentam dificuldades de acesso aos serviços formais.

Apesar desses avanços institucionais, diversos estudos recentes apontam que ainda existem desafios significativos na implementação dessas políticas públicas, especialmente no que se refere à integração entre os serviços, à continuidade das ações e à garantia de acesso efetivo aos direitos sociais. A fragmentação institucional e a insuficiência de recursos muitas vezes limitam o alcance dessas políticas, dificultando a construção de estratégias de inclusão social duradouras.

Nesse contexto, a articulação entre a Teoria da Exclusão Social, a Teoria do Cuidado e a análise das políticas públicas permite compreender a situação de rua a partir de uma perspectiva mais ampla e integrada. Enquanto a primeira evidencia os processos estruturais que produzem desigualdades e marginalização social, a segunda orienta a construção de práticas mais humanizadas de cuidado, e as políticas públicas representam instrumentos institucionais fundamentais para a promoção da inclusão social.

Assim, compreender a situação de rua exige reconhecer não apenas as carências materiais enfrentadas por essa população, mas também os processos sociais e institucionais que produzem e reproduzem essas vulnerabilidades. A partir dessa perspectiva, o cuidado humanizado e a efetividade das políticas públicas tornam-se elementos centrais para a construção de estratégias capazes de promover dignidade, cidadania e inclusão social para a população em situação de rua.

Método de Pesquisa

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, orientada pela Teoria do Cuidado de Jean Watson como referencial teórico central para a compreensão das experiências de vulnerabilidade e cuidado vivenciadas pela população em situação de rua. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade as trajetórias de vida, percepções e significados atribuídos pelos próprios sujeitos às suas experiências sociais.

A investigação será realizada no município do Rio de Janeiro, abrangendo regiões caracterizadas por elevada concentração de pessoas em situação de rua, como Centro, Campo Grande, Bangu e entorno da Central do Brasil. O período de realização da pesquisa está previsto para ocorrer entre outubro e dezembro de 2025.

A população participante será composta por pessoas adultas em situação de rua, com idade igual ou superior a 18 anos. Os critérios de inclusão estabelecidos para participação na pesquisa são: (i) estar vivendo em situação de rua há pelo menos seis meses e (ii) manifestar interesse voluntário em participar do estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Serão excluídos da pesquisa indivíduos que apresentarem comprometimentos cognitivos ou transtornos mentais graves que impossibilitem a comunicação ou a participação nas entrevistas. A amostragem será intencional e não probabilística, contemplando aproximadamente 20 participantes, número estimado suficiente para alcançar a saturação teórica dos dados.

Para a coleta de dados serão utilizados três instrumentos principais. O primeiro consiste na realização de entrevistas semiestruturadas, compostas por perguntas abertas que abordam aspectos como trajetória de vida, experiências de cuidado, acesso a políticas públicas,

vivências nas ruas e percepções sobre exclusão social. O segundo instrumento corresponde à análise documental de legislações, relatórios institucionais e programas governamentais voltados à população em situação de rua, incluindo a Política Nacional para a População em Situação de Rua, documentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e relatórios de gestão municipal. O terceiro instrumento envolve observação direta dos locais de convivência e atendimento dessa população, como espaços públicos e equipamentos de assistência social, com registro sistemático em diário de campo.

As entrevistas serão realizadas em espaços públicos e centros de acolhimento autorizados, garantindo condições adequadas de escuta e respeito aos participantes. Todas as entrevistas serão gravadas, mediante autorização prévia, e posteriormente transcritas integralmente para fins de análise.

A análise dos dados será conduzida por meio da análise narrativa proposta por Labov (1972), amplamente utilizada em estudos qualitativos que buscam compreender a estrutura e o significado das narrativas de vida. Segundo Labov, as narrativas podem ser compreendidas a partir de elementos estruturais como orientação, complicação, avaliação, resolução e coda, que permitem identificar como os sujeitos organizam e interpretam suas experiências. A aplicação desse modelo permitirá analisar como os participantes constroem suas histórias de vida e atribuem significado às experiências de exclusão, vulnerabilidade e cuidado.

Complementarmente, será realizada análise temática de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), possibilitando a organização das narrativas e documentos em categorias analíticas, tais como vulnerabilidade social, invisibilidade social, experiências de cuidado, acesso a políticas públicas e reconstrução de vínculos sociais. A utilização de múltiplas fontes de dados – entrevistas, documentos e observações – permitirá a realização de triangulação metodológica, contribuindo para a consistência e a validade das interpretações.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa seguirá as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. Foram assegurados o anonimato dos participantes, a confidencialidade das informações e o respeito à autonomia, dignidade e integridade dos sujeitos envolvidos. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, seus direitos e a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Análise de Resultados

A análise das narrativas coletadas, dos documentos institucionais e das observações de campo revelou um cenário marcado por múltiplas vulnerabilidades sociais que afetam a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro. A interpretação dos dados foi orientada pela análise narrativa proposta por Labov (1972), que permite compreender como os indivíduos organizam e atribuem significado às suas experiências de vida.

A estrutura das narrativas foi analisada a partir de cinco elementos fundamentais: orientação, complicação, avaliação, resolução e coda, os quais permitem identificar os momentos-chave das trajetórias relatadas pelos participantes. A sistematização dessas categorias analíticas está apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Categorias analíticas das narrativas segundo Labov

Elemento da Narrativa (Labov)	Descrição Analítica	Evidências nas Narrativas
Orientação	Contextualização da trajetória de vida e das circunstâncias anteriores à situação de rua	perda de emprego, conflitos familiares, migração
Complicação	Evento ou sequência de eventos que levaram à ruptura dos vínculos sociais	despejo, separação familiar, doenças ou dependência química
Avaliação	Interpretação subjetiva do participante sobre sua experiência	sentimentos de abandono, invisibilidade e injustiça social
Resolução	Estratégias adotadas para enfrentar a situação de rua	busca por abrigos, redes de apoio ou trabalho informal
Coda	Reflexões finais e expectativas sobre o futuro	desejo de reconstrução de vida e acesso a direitos

Fonte: Adaptado de Labov (1972).

A partir dessa estrutura analítica, foi possível identificar quatro categorias centrais que emergem das narrativas e que orientam a discussão dos resultados: exclusão estrutural, invisibilidade social, fragilidades das políticas públicas e cuidado humanizado como possibilidade de transformação social. Essas categorias estão articuladas ao modelo conceitual apresentado na Figura 1, que sintetiza a relação entre processos de exclusão social, atuação das políticas públicas e a importância do cuidado humanizado para a promoção da inclusão social.

Figura 1 – Modelo conceitual de análise da relação entre exclusão social, políticas públicas e cuidado humanizado



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Watson (1979), Castel (1997), Escorel (1999), Ayres (2004) e Boff (2012).

Exclusão estrutural e ruptura de trajetórias de vida

A primeira categoria analítica evidencia que a situação de rua está profundamente associada a processos estruturais de exclusão social. Os dados estatísticos e documentais indicam um crescimento significativo da população em situação de rua nas últimas décadas, refletindo transformações econômicas, precarização das relações de trabalho e fragilidade das políticas habitacionais.

Dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (2025) indicam que o número de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único apresentou crescimento contínuo entre 2015 e 2025. Esse cenário confirma as análises de Castel (1997) sobre os processos de desfiliação social, nos quais indivíduos progressivamente perdem vínculos com o trabalho e com as redes de integração social.

Nas narrativas analisadas, o elemento de orientação descrito na Tabela 1 evidencia trajetórias marcadas pela perda de emprego, conflitos familiares e dificuldades de acesso à moradia. Já

a complicação narrativa aparece associada a eventos críticos, como despejos, adoecimento ou rupturas familiares, que precipitam a entrada na situação de rua.

Esses resultados reforçam a compreensão de que a situação de rua não pode ser explicada apenas por decisões individuais, mas está profundamente relacionada a processos estruturais de desigualdade social.

Invisibilidade social e estigmatização

A segunda categoria analítica refere-se à experiência de invisibilidade social vivenciada pelas pessoas em situação de rua. Nas narrativas coletadas, o elemento de avaliação, conforme apresentado na Tabela 1, revela sentimentos recorrentes de abandono, indiferença social e perda de reconhecimento enquanto cidadãos.

Diversos participantes relataram que as pessoas passam por eles “como se não existissem”, evidenciando processos de desumanização presentes nas relações sociais cotidianas. Essa percepção dialoga diretamente com o conceito de invisibilidade social, discutido por Silva (2017), que descreve como determinados grupos são sistematicamente ignorados nas dinâmicas sociais e institucionais.

Além da invisibilidade, os relatos também revelam experiências recorrentes de violência simbólica e física, incluindo agressões verbais e abordagens coercitivas em espaços públicos. Essas experiências reforçam processos de marginalização social e dificultam a reconstrução de vínculos sociais.

Fragilidades e limites das políticas públicas

A análise documental das políticas públicas voltadas à população em situação de rua revela um importante paradoxo entre os avanços normativos e as dificuldades de implementação prática. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) estabelece princípios como dignidade humana, atendimento humanizado e articulação intersetorial entre diferentes áreas das políticas públicas.

Entretanto, os dados empíricos indicam que a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos. No município do Rio de Janeiro, a rede de atendimento composta por equipamentos como Centro POP, abrigos institucionais e programas de acolhimento mostra-se insuficiente diante da demanda existente.

Nas narrativas analisadas, o elemento de resolução apresentado na Tabela 1 aparece frequentemente associado à busca por serviços públicos ou organizações de apoio. Contudo, muitos participantes relatam experiências negativas nesses serviços, mencionando superlotação, regras rígidas e condições inadequadas de higiene e privacidade.

Esses resultados indicam que, embora existam políticas públicas voltadas para essa população, persistem desafios relacionados à fragmentação institucional e à insuficiência de recursos para garantir atendimento adequado.

O cuidado humanizado como possibilidade de transformação

A quarta categoria analítica refere-se à importância do cuidado humanizado como estratégia para enfrentar a exclusão social. Sob a perspectiva da Teoria do Cuidado de Jean Watson, o cuidado não se restringe à assistência material, mas envolve o reconhecimento da dignidade humana e a construção de relações baseadas na empatia e no respeito.

Nas narrativas analisadas, o elemento de coda (Tabela 1) revela reflexões sobre o presente e expectativas de reconstrução de vida. Muitos participantes destacaram que experiências positivas de cuidado estão associadas a interações em que foram tratados com respeito e escuta ativa por profissionais da assistência social, saúde ou organizações da sociedade civil. Essa dimensão relacional do cuidado é enfatizada por Boff (2012) e Ayres (2004), que compreendem o cuidado como uma prática ética capaz de promover autonomia, reconstrução de vínculos sociais e fortalecimento da dignidade humana. A análise integrada das narrativas, dos documentos e das observações de campo confirma o modelo conceitual apresentado na Figura 1, evidenciando que a situação de rua resulta da interação entre processos estruturais de exclusão social, fragilidades das políticas públicas e experiências de invisibilidade social. Ao mesmo tempo, os resultados indicam que práticas de cuidado humanizado podem desempenhar um papel central na reconstrução de vínculos sociais e na promoção da dignidade humana. Dessa forma, o enfrentamento da situação de rua exige não apenas a ampliação das políticas públicas existentes, mas também a incorporação de práticas institucionais orientadas pelo cuidado, pela escuta e pelo reconhecimento da população em situação de rua como sujeitos de direitos.

Conclusões

O presente estudo teve como objetivo analisar as vulnerabilidades vivenciadas pela população em situação de rua no município do Rio de Janeiro, articulando a Teoria da Exclusão Social e a Teoria do Cuidado de Jean Watson para compreender as experiências de exclusão, invisibilidade social e acesso às políticas públicas. A análise das narrativas dos participantes, orientada pelo modelo narrativo de Labov (1972), permitiu compreender as trajetórias de vida que conduzem à situação de rua e os significados atribuídos pelos próprios sujeitos às suas experiências.

Os resultados indicam que a situação de rua está associada a processos estruturais de exclusão social, caracterizados pela ruptura de vínculos familiares, precarização do trabalho e fragilidade das redes de proteção social. Além disso, as narrativas evidenciam experiências recorrentes de invisibilidade social, estigmatização e dificuldades de acesso às políticas públicas existentes, o que reforça a vulnerabilidade dessa população.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao aproximar a Teoria da Exclusão Social da Teoria do Cuidado, propondo uma leitura integrada que permite compreender a situação de rua não apenas como um fenômeno socioeconômico, mas também como uma experiência humana marcada pela perda de vínculos e pela negação de direitos.

No campo das políticas públicas, os resultados indicam a necessidade de fortalecer estratégias intersetoriais que articulem assistência social, saúde, habitação e trabalho, ampliando a capacidade de atendimento e garantindo maior efetividade às políticas destinadas à população em situação de rua. Nesse contexto, a incorporação da perspectiva do cuidado humanizado pode contribuir para a construção de práticas institucionais mais inclusivas, orientadas pela dignidade humana e pela promoção da cidadania.

Para a gestão pública, o estudo evidencia a importância de desenvolver modelos de gestão mais integrados e sensíveis às especificidades dessa população, fortalecendo equipamentos de atendimento social e promovendo estratégias que considerem as trajetórias individuais e as necessidades concretas dos sujeitos.

Como limitações, destaca-se o recorte territorial da pesquisa e o número de participantes entrevistados, o que não permite generalizações estatísticas. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo da investigação, incluindo diferentes contextos urbanos e abordagens metodológicas complementares, de modo a aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais relacionadas à situação de rua e avaliar os impactos das políticas públicas voltadas a essa população.

Em síntese, o estudo reforça que o enfrentamento da situação de rua exige políticas públicas mais integradas e práticas institucionais orientadas pelo cuidado e pelo reconhecimento da dignidade humana, elementos essenciais para promover inclusão social e garantir direitos fundamentais.

Referências

- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Cuidado e reconstrução das práticas de saúde**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 8, n. 14, p. 73–92, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília: Presidência da República, 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: IPEA, 2023.

LABOV, William. **Language in the inner city: studies in the Black English vernacular**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

WATSON, Jean. **Nursing: the philosophy and science of caring**. Boston: Little, Brown and Company, 1979.